

A NARRATIVA LITERÁRIA E A CONSTRUÇÃO SIMBÓLICA DO MUNDO ATRAVÉS DA FICÇÃO

Alexia Rachid Drumond Benitez¹

GT 12 - Literatura e Antropologia: ler, escrever e descrever como campo²

Resumo: Considerando a Literatura como um fenômeno cultural de longa duração e relevante impacto social, esta pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a narrativa literária opera como uma chave de análise da realidade social. Para isso, o estudo parte do entendimento de que no texto ficcional existe muita realidade que pode ser identificada como realidade social (ISER, 1996) e a Literatura, mais do que uma forma de expressão da realidade, é um espaço de elaboração simbólica onde se manifestam desejos, conflitos e limites impostos pelas formas de vida de um determinado contexto social. Diferentemente das concepções que relegam a arte à fantasia, argumenta-se que a obra literária constitui-se como produto do imaginário social (CASTORIADIS, 1982), capaz de dar forma às tensões de uma época. Esta pesquisa compreende a Literatura enquanto forma de representação e produção da realidade, capaz de relevar aspectos da experiência social e possibilitando, por meio da ficção, organizar simbolicamente o mundo e projetar possibilidades de existência que atuam como meio de compreensão e crítica. Assim, a Literatura é reivindicada como uma chave interpretativa da realidade social, capaz de produzir sentidos e narrativas sobre a realidade.

Palavras-chave: Literatura; Narrativa; Representação; Realidade Social.

Abstract: Considering Literature as a long-duration cultural phenomenon with significant social impact, this research aims to analyze how literary narrative functions as a key to understanding social reality. The study begins from the premise that within fictional texts there is a great deal of reality that can be identified as social reality (ISER, 1996), and that Literature, more than a mere form of expressing reality, is a space of symbolic elaboration where desires,

¹ Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Desenvolve investigações interdisciplinares que dialogam com os campos da Sociologia e da Literatura, abrangendo as temáticas de narrativa, modernidade e representação. Seus interesses de pesquisa concentram-se nas formas de representação da condição feminina na literatura, com especial atenção às transformações das formas de vida na modernidade. Email: alexiarachid06@gmail.com

² Trabalho apresentado na 14ª Semana de Ciências Sociais da PUC-Rio no GT 12.

conflicts, and the limits imposed by the forms of life within a given social context are manifested. Contrary to conceptions that relegate art to the realm of fantasy, it is argued that the literary work constitutes a product of the social imaginary (CASTORIADIS, 1982), capable of shaping the tensions of its time. This research understands Literature as both a form of representation and a mode of producing reality, one that reveals aspects of social experience and, through fiction, enables the symbolic organization of the world while projecting possibilities of existence that serve as means of comprehension and critique. Thus, Literature is reclaimed as an interpretative key to social reality, capable of producing meanings and narratives about the real.

Keywords: Literature; Narrative; Representation; Social Reality.

1. Introdução

A literatura, enquanto prática cultural e narrativa, ocupa um lugar central na constituição das formas de perceber, ordenar e significar a realidade. Ao longo da história, as narrativas literárias não apenas recortaram para dentro da ficção aspectos do mundo social, mas também instituíram modos de experiência e de interpretação, mobilizando imagens e sentidos que passam a compor o tecido simbólico da coletividade. Nesse sentido, o presente trabalho parte do pressuposto de que a obra literária não se limita a ser somente uma expressão estética e performática da realidade, mas se configura como uma elaboração simbólica capaz de dar forma a tensões, conflitos e desejos de sua época, tornando-se, portanto, uma chave de análise da realidade social.

Para desenvolver este argumento, percorre-se inicialmente a cisão instaurada pela modernidade entre as formas de ciência e a arte, processo que reduziu o valor epistemológico da literatura ao relegá-la ao campo da subjetividade e do imaginário (LEPENIES, 1996), em contraposição à objetividade da razão científica. Em seguida, discute-se a função do imaginário na constituição social, a partir da perspectiva de Castoriadis (1982), enfatizando a sua potência criadora como dimensão instituidora do real e elemento indispensável na formação das significações sociais. Avança-se, então, para a análise da ruptura moderna nas formas narrativas, evidenciada por Benjamin (1987), em que a perda da comunicabilidade e o advento do romance realista revelam a experiência fragmentada do indivíduo na modernidade. Finalmente, examina-se o romance realista como gênero do desencanto, segundo Auerbach

(1971), Lukács (2007) e Simmel (1896), ressaltando o modo como ele traduz literariamente o mal-estar moderno e a inadequação entre o eu e o mundo.

Dessa forma, busca-se demonstrar como a narrativa literária, longe de ser somente uma mera forma de representação, opera como forma ativa de construção simbólica do mundo. Por meio da ficção, ela reorganiza a experiência social, projeta possibilidades de existência e oferece novas maneiras de compreender a realidade, evidenciando a relevância da literatura como um espaço de interpretação e crítica social.

2. A literatura como uma forma de representação da realidade

A escolha da Literatura como objeto de análise para esta pesquisa está diretamente relacionada ao fato de a mesma ser um campo onde não apenas se expressam, mas se produzem as percepções humanas acerca da realidade. Neste sentido, a obra literária é compreendida aqui como o recorte de uma determinada realidade (ISER, 1996), a partir de determinados contextos e elementos escolhidos pelo autor que irão produzir uma representação do real construída a partir da perspectiva do sujeito que cria a história. Essencial nesta perspectiva é compreender de que forma a narrativa — enquanto produto final da articulação desses elementos — é a expressão direta da elaboração simbólica do imaginário no inconsciente do sujeito que se constitui a partir das significações imaginárias sociais (CASTORIADIS, 1982). Partindo disto, torna-se necessário analisar de que forma o elemento imaginário no campo das artes literárias, opera como um elemento de ordenamento da realidade social, sendo a obra literária produto parcial desse imaginário e, ao mesmo tempo, uma reflexão inédita acerca de determinadas temáticas da sociedade em que o indivíduo está inserido.

À vista disso, torna-se relevante considerar os elementos contidos em uma obra literária como uma chave de análise do contexto social, visto que no texto ficcional existe muita realidade que pode ser identificada como realidade social (ISER, 1996). De acordo com Iser (1996), a construção do fictício é realizada a partir da transgressão de limites provocada pelo ato de fingir, em um contexto em que determinados elementos da realidade são recortados e projetados em uma diferente contextualização dentro da história ficcional. Tal processo é altamente significativo para o texto ficcional, pois no ato de fingir, não é somente a realidade que sofre uma transgressão de limites para a sua representação dentro da ficção, o mesmo movimento também ocorre com o imaginário (ISER, 1996). No texto ficcional, o imaginário ganha uma determinação e adquire, desta forma, uma propriedade de realidade. Com isso, o

que ocorre é que o caráter difuso do imaginário passa a possuir uma configuração determinada, que é responsável por se impor no mundo dado como uma transgressão de limites. O ato de fingir funciona então a partir de uma articulação dupla, com a irrealização do real e a realização do imaginário e é a partir desta articulação, que as transgressões de limite provocadas possibilitam as condições para a reformulação do mundo já formulado (ISER, 1996).

Diferentemente da História, que se preocupa objetivamente com a construção de um discurso estritamente factual, capaz de produzir uma lógica coerente e ordenada a respeito dos acontecimentos do mundo e do passado (ARAÚJO, 1988), a Literatura possibilita uma leitura do mundo a partir da ficcionalidade, trazendo em si aspectos da realidade e do imaginário do autor que produz a obra. Assim sendo, é possível observar como o campo da Literatura diferencia-se da práxis histórica ao ser capaz de antecipar possibilidades não concretizadas, expandir o espaço do comportamento e da experiência social direcionando os indivíduos rumo a novas perspectivas, novos desejos, pretensões e objetivos sobre a vida em sociedade (JAUSS, 1969). Para além disto, a ficção é responsável também por proporcionar no indivíduo emoções que resultem na empatia e identificação com um personagem de um contexto ou classe diferente da sua. De acordo com Hunt (2007), os mecanismos narrativos presentes na forma e na estrutura dos romances possibilitam ao leitor o contato com a ideia de que todas as pessoas são fundamentalmente semelhantes devido principalmente à dimensão da representação dos sentimentos mais íntimos que é tão presente neste gênero. Desta forma, fica evidente que a Literatura tem a capacidade de proporcionar ao indivíduo o contato com a vivência de sujeitos que se encontram em outras classes e posições sociais, viabilizando a experiência da observação e da imersão emocional em uma realidade diferente da sua.

Consequentemente, é possível perceber a Literatura não apenas como uma espécie de narrativa performática, mas também como uma força mobilizadora cujo intuito principal é o de intervir nas formas de percepção da realidade. A reestruturação mental do imaginário, realizada pelo sujeito no ato da criação literária, corresponde também a uma reconfiguração da estrutura social, fazendo com que a história adquira assim uma determinação como elemento construtivo de uma certa forma de realidade social. Existe aqui, portanto, esse duplo efeito e abordagem sobre a arte literária, onde por um lado, esta se caracteriza por ser um campo de expressão parcial da realidade enxergada através dos autores e, por outro lado, há a sua caracterização como uma arte com o poder de abrir o leitor a vivenciar realidades diversas proporcionadas principalmente pela experiência da identificação criada a partir do contato com romance e as diferentes possibilidades produzidas pelo autor.

Seguindo por essa perspectiva, torna-se essencial aprofundar a análise da relação entre imaginário e modernidade, buscando compreender qual a posição do imaginário no espectro moderno e também a sua função enquanto uma dimensão criadora da realidade. Assim, tratar-se-á inicialmente da questão do veto ao imaginário na modernidade (COSTA LIMA, 2007), da sua oposição à razão objetiva como legítima fonte de acesso à verdade e, consequentemente, da sua negação como forma de apreensão da realidade. Para tanto, é necessário um retorno ao passado, a fim de compreender como se consolidou esse processo de cisão ideológica que relegou as Artes ao campo da fábula e da ilusão, enquanto reservaram-se à História e à Ciência os atributos de autoridade nas formas interpretação da realidade.

3. A cisão moderna entre Ciência e Arte

Para se pensar a respeito da separação moderna entre as formas de Ciência e as Artes faz-se preciso definir, em um primeiro momento, um conceito central que está no cerne da separação entre estes dois campos. Para tanto, é preciso destacar que essa separação se sustenta principalmente na distinção própria da modernidade entre as formas de acesso à verdade atribuídas a cada uma, pois enquanto a Ciência é legitimada como o campo encarregado de revelar as verdades objetivas do mundo, as Artes são relegadas à esfera das expressões subjetivas, consideradas como desprovidas de validade epistemológica ou de qualquer compromisso com a realidade. Nesse contexto, a modernidade acaba por instituir uma fissura acentuada pela oposição entre a razão fria como fonte de acesso à realidade e a cultura dos sentimentos que se aproximam das fronteiras da fantasia e da imaginação (LEPENIES, 1996). Central para esta distinção, portanto, é o lugar ocupado pelo conceito de verdade e a preocupação moderna em definir seus critérios e limites de legitimidade.

Ao regressar ao passado torna-se possível encontrar o princípio do processo que fundamentou a razão como instância privilegiada — e, posteriormente, absoluta — de acesso à verdade (COSTA LIMA, 2007). Durante o período de crise da Idade Média nos séculos XIV e XV na Europa Ocidental, à medida que se deixava de crer que a verdade foi inscrita pela divindade no mundo, surge a necessidade da descoberta de novas instâncias capazes de mediar e conferir sentido à existência humana. Estabelece-se, portanto, um contexto em que a subjetividade humana passa a adquirir uma função de suplemento, uma vez que a ordem tradicional, religiosamente justificada, não dá mais conta de explicar a realidade e fica à cargo

do indivíduo recorrer à razão como fonte de orientação e interpretação sobre o mundo (COSTA LIMA, 2007).

Todavia, isto não significa dizer que as formas de subjetividade encontravam-se todas no mesmo plano de validade, pois neste contexto esboça-se uma variedade hierarquizada dos seus possíveis usos. Dentre estes, está a relação com a subjetividade por parte dos poetas e escritores e a relação com a subjetividade por parte dos historiadores, sendo o primeiro grupo responsável por utilizar da subjetividade para produzir o fascínio e o engano, e o segundo, responsável por neutralizá-la com o intuito de acessar a verdade (COSTA LIMA, 2007). É a partir deste momento que começa a erguer-se a crença do lugar do historiador definido como o do declarador da verdade e a História, compreendida enquanto um campo do conhecimento, se constitui como o lugar próprio do discurso da razão. Considerando isso, é possível perceber como essa definição é responsável por delinear uma fissura que opõe a razão ao conto e à opinião, representando a subjetividade um caminho para a verdade somente através do seu controle pela razão.

Para além disto, é neste contexto também que se consolida a oposição entre as diferentes formas de apreensão do conhecimento. Estabelece-se uma divisão que privilegia o saber histórico como verdadeiro e confiável, sendo este aquele produzido a partir da depuração e da sistematização dos acontecimentos do mundo, capaz de organizá-los em uma estrutura lógica e ordenada que tem como objetivo produzir uma narrativa que atribua sentido aos acontecimentos do mundo (ARAÚJO, 1988).

Dessarte, se estabelece a partir deste contexto, no século XVIII, com o advento Iluminista e a Revolução Francesa que intensificam esse processo de valorização da razão humana, a chamada concepção moderna de história que garante ao historiador o lugar de declarador da verdade ao instituir um método que se caracteriza por ser realista, factual e narrativo (ARAÚJO, 1988). Orientada pela razão, esta concepção moderna de história tem como função principal o resgate da verdade que se encontra nos fatos, tal como expostos nos documentos, visando, desta forma, assegurar o ideal de uma verdade exata e rigorosa. Com a premissa de se afastar do inverossímil, e ao incorporar uma série de procedimentos críticos que seriam capazes de determinar a verdade dos fatos, ela pretende obter com a maior precisão possível uma visão realista do passado (ARAÚJO, 1988). Para além disso, esta concepção também reforça a crença numa forma específica de apreensão da realidade, legitimando-a como a correta para a obtenção de uma análise considerada válida.

Evidencia-se com isso o momento em que se modificam as crenças que constituem a lógica que orienta a vida humana. Neste contexto, é como se a função, anteriormente atribuída às formas de conduta orientadas pela Igreja, fosse transmitida para a Ciência, que se torna agora a responsável por explicar a vida humana, tornando-se assim a legítima portadora da verdade do mundo. Logo, o que a concepção moderna de história faz é legitimar e corroborar com esta forma de ciência que constrói uma determinada narrativa de verdade sobre o mundo e as sociedades, demarcando-se assim o encerramento do estágio amadorístico das ciências e começam a surgir a partir daí os contornos das diferentes áreas de pesquisa, em um contexto em que o cientista deixa de caracterizar-se como um mero virtuoso que pratica a ciência apenas como uma vocação (LEPENIES, 1996).

Deste modo, ao revisitar esse contexto, se torna claro o início deste processo que destitui completamente a veracidade das produções artísticas enquanto uma forma de apreensão válida sobre a realidade. Essa separação que a modernidade produziu entre o campo das Artes e a Ciência reduz o valor das produções artísticas e as limita ao seu caráter estético, esvaziando o seu conteúdo e limitando a sua função como sendo a de meramente entreter. Com isso, a Literatura, que por um longo período da existência humana ocupou a posição de orientar e ensinar através de suas narrativas que eram transmitidas e compartilhadas como forma de conhecimento entre as sociedades antigas (ARAÚJO, 1988), na modernidade reduz-se a uma mera forma de ficção considerada irreal e fantasiosa.

Com o intuito de resgatar a sua importância e valorizar o seu impacto na sociedade ao longo da existência humana, este trabalho visa corroborar com uma visão da Literatura enquanto uma arte com um potencial representativo e transformador da realidade social. Coloca-se aqui uma reflexão referente à neurose moderna de organização dos eventos da História a partir de um contexto espaço-temporal, utilizando-se da forma narrativa, e de que forma esta organização pode ser compreendida como produto direto do desejo de realizar um ordenamento e um controle do real. Como abordado anteriormente, a concepção histórica moderna imaginou-se capaz de possibilitar uma verdadeira apreensão do real, sem problematizar até que ponto ela somente reproduzia uma distinta forma de apreensão desse real, estando ela também fundamentada sob a dimensão imaginária. Neste sentido, seguiremos agora para um aprofundamento a respeito do imaginário e a sua fundamentação enquanto uma forma de apreensão do real e a tentativa de constituí-lo como uma realidade formada.

4. A função do imaginário como ordenador da realidade social

Contrariamente às explicações das concepções estruturalistas e materialistas a respeito da constituição social, partir-se-á aqui de uma concepção da sociedade como sendo, antes de tudo, uma criação contínua e realizada a partir do imaginário humano (CASTORIADIS, 1982). De acordo com Castoriadis (1982), tanto o materialismo quanto o estruturalismo falham em reconhecer o papel criador do imaginário na constituição da sociedade e na formação dos indivíduos. Por um lado, o materialismo histórico com a sua pretensão de explicar o devir social exclusivamente a partir das bases econômicas, estabelece diretamente que são as forças produtivas e as relações de produção que determinam, em última instância, o conjunto das formas políticas, jurídicas, ideológicas e culturais, ou seja, a chamada superestrutura. Neste sentido, é possível perceber como esta concepção acaba por reduzir a sociedade a uma lógica causal praticamente mecânica, na qual as ideias, valores e instituições aparecem como epifenômenos dos fatores econômicos (CASTORIADIS, 1982).

Já o estruturalismo, em sua busca para encontrar estruturas universais e invariáveis presentes nas manifestações culturais, acaba por interpretar a sociedade como uma espécie de sistema regido por regras inconscientes (CASTORIADIS, 1982). O objetivo principal desta concepção é o de identificar as estruturas que dão sentido e organização aos fenômenos, sendo capaz, desta forma, de revelar os princípios que sustentam e as regras que governam as sociedades. Neste sentido, e a partir da interpretação de Castoriadis, essa concepção vê a cultura como uma combinação de elementos dentro de um conjunto fechado de possibilidades, acabando por negar a possibilidade de emergência do novo, desconsiderando, desta forma, a autonomia das sociedades e dos indivíduos. Com isso, pode-se dizer, portanto, que o estruturalismo pratica uma espécie de negação da história ao desconsiderar a historicidade como uma dimensão constitutiva social, o que, para Castoriadis, equivale a uma abolição da práxis, uma vez que, nesta perspectiva, o sujeito desaparece como agente de transformação, restando apenas as estruturas que se reproduzem por si mesmas, desumanizando o social ao remover completamente dele a dimensão da ação, do conflito e da intervenção humana.

Diante disso, e como alternativa às concepções apresentadas anteriormente, defende-se então que o social se constitui a partir de uma ontologia de criação, fundamentada primordialmente através do imaginário radical (CASTORIADIS, 1982). Por imaginário radical, compreende-se aqui a capacidade humana de criar significações que não derivam de nenhuma causa externa ou de alguma lógica pré-estabelecida. Trata-se, portanto, da potência humana de

criar significações que não se originam a partir de nenhuma necessidade natural, econômica ou estrutural. Neste sentido, Castoriadis caracteriza o imaginário radical como a dimensão criadora, fonte do novo e responsável por dar origem a formas e sentidos inéditos, dizendo respeito principalmente a capacidade humana de invocar imagens e representando, desta forma, a dimensão da mente humana que torna possível a emergência daquilo que é instituído socialmente. O imaginário radical é, assim, a instância que traz à existência novas significações que jamais poderiam ser previstas ou deduzidas logicamente, sendo também aquela dimensão da mente humana que é etérea e inapreensível, não podendo, desta forma, ser compreendida ou passível de ser captada senão através dos efeitos da sua realização no real.

A partir dessa perspectiva, torna-se possível conceber o sujeito social como composto por dimensões que não podem ser totalmente definíveis e que comportam em si a possibilidade da emergência do novo e do indeterminado (CASTORIADIS, 1982). Por esse motivo defende-se aqui que o social caracteriza-se a partir de uma multiplicidade que não pode ser explicada a partir de elementos pré-existentes, não tendo o seu surgimento absolutamente nada a ver com alguma ordem natural, divina ou racional anterior. Assim sendo, ao estabelecer o imaginário radical como a base das significações imaginárias sociais define-se a sociedade como auto-instituente, estando a noção de realidade diretamente relacionada às significações imaginárias sociais que organizam a noção de tempo e espaço, os valores socialmente construídos, as instituições que regem a sociedade e os papéis sociais ocupados por cada sujeito. Percebe-se então que as normas, os significados e as formas de organização de uma sociedade criam-se a partir de um solo simbólico que não pode ser reduzido a outra coisa. Desse modo, o imaginário social institui a realidade coletiva, criando tanto o mundo comum quanto a forma como os sujeitos se percebem e se relacionam nele (CASTORIADIS, 1982).

Imprescindível nesta análise é compreender que essas significações são consideradas imaginárias não no que diz respeito a um julgamento de valor, ao atribuí-las como irreais ou falsas, mas no sentido de serem elas mesmas criações que tem por objetivo organizar o real e instituir limites para a realidade conhecida. Essas significações surgem e tem a função de dar forma ao indeterminado e de conferir ao real algum ordenamento que lhe garanta as propriedades de uma realidade alcançável. Há, portanto, de se identificar aqui a relevância do imaginário como uma dimensão constitutiva da sociedade, reconhecendo o seu domínio na criação, projeção e formulação das realidades (CASTORIADIS, 1982).

Posto isto, é possível dar seguimento ao argumento anteriormente apresentado aqui a respeito da obra literária ser compreendida como uma chave de análise do contexto social,

simbolizando ela mesma uma produção cujo intento é o de representar a realidade, ou ao menos uma parcela dela. O esforço do autor ao ordenar os elementos que irão constituir a ficção, corresponde diretamente ao esforço de ordenar a realidade ao qual a história pertence e situá-la a partir de uma perspectiva interpretativa. Como mencionado por Castoriadis (1982), a sociedade só existe porque cria e acredita nas significações imaginárias que ela mesma produz, a Literatura nesse contexto é o meio através do qual essas significações são articuladas em linguagem, imagem e narrativa, produzindo uma forma sensível e inteligível do mundo. Considerando isso, a obra literária é vista aqui como um meio simbólico de ordenamento do mundo, sendo ela mesma parte do tecido simbólico que produz e formula sentido para a coletividade.

A Literatura antiga, sobretudo em suas formas épicas, mitológicas e trágicas, funcionava como um modo de instituição simbólica do mundo, em um contexto em que as histórias ensinam o que é viver, organizando o caos simbólico por meio de suas narrativas. Por um longo período de tempo da existência humana, a literatura teve como função a produção de histórias que, para além de entreter, fossem capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos que com ela tinham algum contato. Desse modo, a noção de história para as sociedades antigas dizia respeito principalmente a uma forma de narrativa que se estabelece no tempo, estando ela diretamente associada com a tradição e a memória coletiva (ARAÚJO, 1988). Observa-se com isso que a Literatura nas sociedades antigas — muitas vezes indistinta da mitologia, da poesia e da história —, para além do caráter estético, simboliza ela mesma uma forma de ensinamento através do qual a coletividade apreende o mundo e a humanidade.

A ruptura moderna com as formas tradicionais de pensamento e representação do mundo traz consigo uma ruptura com o imaginário, que passa a ser entendido como o campo da criação simbólica, lugar próprio de produção das narrativas míticas e das fabulações poéticas. Os impactos dessa ruptura interferem fortemente nas formas de narrativa, simbolizando dessa forma o fim do campo das experiências comunicáveis (BENJAMIN, 1987).

5. O romance realista como o gênero do desencanto

Como apontado por Benjamin (1987), essa ruptura moderna que resulta na perda progressiva da dimensão da comunicabilidade, da troca de experiências e da transmissão de conhecimentos, interfere diretamente em uma transformação das estruturas narrativas, levando em consideração principalmente este contexto em que a informação se opõe ao conto e todos

os fatos passam a estar cercados por explicações objetivas e lógicas. Neste sentido, a modernidade influencia o surgimento desta forma específica de narrativa que não se origina a partir da tradição oral e coletiva, estando o romance associado então ao gênero do indivíduo isolado e preso em suas próprias particularidades (BENJAMIN, 1987).

O romance realista, próprio do século XIX e tão popular na Europa oitocentista, constitui um fenômeno novo ao abarcar em seu conteúdo elementos da realidade que são retratados na narrativa a partir de um enredo focado na vida de pessoas comuns, utilizando-se de uma perspectiva profunda e trágica que tem por objetivo, na maioria das vezes, lançar luz sobre as problemáticas da sociedade. Pode-se dizer com isso que o romance realista incorpora uma determinação sociológica que até então não era retratada na Literatura, inaugurando esta nova forma de representar o real a partir de um caráter negativo, onde o descontentamento é narrado e enfrentado pelo indivíduo frustrado (AUERBACH, 1971). De acordo com Auerbach (1971), próprio do gênero é a representação constante do mal-estar no mundo e também do sentimento de desenraizamento do indivíduo com relação à sociedade em que vive.

Considerando isto, é possível relacionar as origens desse sentimento de desconexão do indivíduo com o mundo diretamente com as transformações econômicas, políticas e sociais impulsionadas a partir da narrativa Iluminista, tão influente na Europa Ocidental nos séculos XVIII e XIX, e do advento do capitalismo responsável por estabelecer uma nova mentalidade produtiva nas sociedades. A partir dessas mudanças, surge uma nova concepção do homem pautada essencialmente sobre um discurso científico que defende a ideia do indivíduo como um animal produtivo e consumidor, guiado principalmente pelo labor e a necessidade (DARDOT; LAVAL, 2014). Constrói-se então, a partir disto, o lugar do homem como objeto de estudo científico, passível de definições, como um ser social e detentor de direitos iguais já prescritos na natureza humana. Estas são características atribuídas que tornam possível a definição empírica e dedutiva do homem e que colocam o indivíduo na posição de agente capaz de atuar na natureza e agir sobre a sua própria existência. É dentro do processo de construção desta sociedade civil que o indivíduo aparece como o herói da modernidade, um sujeito portador de liberdade, igualdade e em busca pela felicidade. Assim sendo, o homem moderno é caracterizado principalmente como um sujeito dotado de razão e com a capacidade cognitiva de realizar julgamentos de juízo — dialogar, ponderar e persuadir sobre os conflitos (HUNT, 2007).

Em contrapartida, ao mesmo tempo que esse novo senso de igualdade e autonomia foi posto sob o indivíduo moderno, é possível observar, paradoxalmente, uma perda da autonomia

do caráter mais objetivado da vida moderna (SIMMEL, 1896). A modernidade, ao mesmo tempo que emancipa, também aprisiona o homem devido à forte dependência que ela gera na dimensão econômica da vida. Simmel (1896) chama atenção para essa mudança na dinâmica das relações sociais na modernidade comparando a mentalidade e as formas de socialização da vida na Idade Média, em um contexto em que o homem era incorporado nos círculos de interesses práticos ou sociais, fazendo parte, desta forma, de uma relação ou associação com a comunidade na qual estava inserido. Enquanto na modernidade essa relação se dá principalmente a partir de escolhas particulares, em um contexto em que há uma maior liberdade para a manifestação da personalidade singular de cada indivíduo, pois o que ocorre é que o capital possibilita um caráter impessoal à toda atividade econômica, o que consequentemente aumenta a autonomia e a independência da pessoa.

Posto isto, o que se observa então é um estreitamento e uma maior fluidez nas relações entre os indivíduos na modernidade, estando esta nova forma de relacionar-se diretamente associada à nova forma da economia monetária vigente (SIMMEL, 1896). Consequentemente, o que ocorre é que na modernidade o dinheiro acaba virando um fim em si mesmo e tudo passa a ser qualificado quantitativamente, o que faz com que o lado qualitativo da vida perca a sua relevância gradativamente para os indivíduos. Este processo acaba por libertar o sujeito em sua esfera mais íntima, lhe atribuindo uma maior autonomia sobre suas escolhas pessoais e singularidade, entretanto, e ao mesmo tempo, acaba por aprisioná-lo ao se tornar o fim último dos seus objetivos, ou seja, acumular e produzir mais dinheiro. O que se tem então é um crescente individualismo, não ocasionado pelo isolamento que distancia e aliena os homens, mas sim por um processo cuja finalidade reduz o homem em si próprio, influenciando na forma com que os indivíduos se relacionam entre si tornando-os indiferentes à individualidade do outro (SIMMEL, 1896).

No campo da literatura, esse processo de individualização extremada do homem moderno se traduz com a extinção da arte de narrar (BENJAMIN, 1987). Benjamin (1987) define a narrativa como a experiência que passa de pessoa a pessoa, com uma dimensão utilitária, podendo esta utilidade servir como um ensinamento moral, uma sugestão prática ou um ensinamento sobre a vida, caracterizando, desta forma, o narrador como um homem que tem conselhos para dar. Assim sendo, o caráter antiquado atribuído à arte narrativa simboliza o esvaziamento das experiências comunicáveis na época moderna. A perda da capacidade de contar histórias, compartilhar e repassar conselhos em forma de sabedoria representa o fim do campo da experiência e a consolidação de uma era pautada no individualismo do sujeito isolado.

Pode-se dizer que a modernidade é um tempo em que o passado não mais é responsável por iluminar o presente e o horizonte de expectativas se rompeu, fazendo com que toda a realidade se tornasse mutável (KOSELLECK, 2006). O avanço das forças produtivas e o bombardeamento de estímulos ao qual o indivíduo está sujeito caracterizam a perda progressiva da comunicabilidade.

A modernidade se caracteriza então como um momento em que não há conformidade com o que é externo aos indivíduos, estabelecendo-se um contexto de inadequação gerada a partir da contradição entre o eu e o mundo, considerando principalmente esta conjuntura em que o sentido da vida deve advir da interioridade do indivíduo e não ao contrário (LUKÁCS, 2007). Neste sentido, o desejo pelo progresso e a ambição de possibilidades proporcionada pela promessa de uma sociedade livre e igualitária, em um contexto que os homens são hiperestimulados a produzir, tendo sobre si toda a responsabilidade sobre o próprio destino, acaba por criar uma sociedade fragmentada, marcada principalmente pelo desencanto gerado a partir da sensação da unidade perdida.

Nessa perspectiva, é possível justificar que todo o esforço de construção e estruturação da interioridade da narrativa do romance realista corresponde ao rompimento entre a alma e o mundo, em um contexto que o indivíduo se volta para si mesmo em um processo de busca pelo sentido perdido e de reconstrução da realidade estranhada (LUKÁCS, 2007). Em sua forma, o romance realista moderno expõe um mundo fragmentado e a sua multiplicidade de formas, a relação de inadequação representada através dos personagens do romance tem como função expressar o vínculo problemático com o exterior em um contexto em que a sociedade e as suas instituições se sobrepõem de forma constrangedora aos indivíduos.

Dado isso, é a partir desta análise que se define o romance realista como o gênero do desencanto, estando, portanto, o seu surgimento diretamente relacionado às condições de vida na modernidade e, principalmente, a incapacidade que os sujeitos têm de se apropriar das convenções deste novo mundo (LUKÁCS, 2007). As estruturas do mundo moderno se erguem perante os indivíduos de forma petrificada como resultado da ação humana que se perdeu e, como representação direta desse sentimento de desabrigo, o romance é atravessado constantemente pela percepção de que o sentido não é capaz de transpor a realidade, o que impacta diretamente nas formas de narrar e representar o mundo na modernidade.

6. Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste trabalho evidencia que a Literatura deve ser compreendida como uma prática simbólica que participa da constituição do social, e não apenas como um recorte dela. A discussão sobre a cisão moderna entre Ciência e Arte mostrou como a relegação do imaginário ao campo da ilusão implicou a desvalorização da Literatura enquanto forma legítima de apreensão da realidade. Em contraposição, a concepção do imaginário radical em Castoriadis (1982) permitiu reconhecer a Literatura como parte integrante da criação social, espaço em que significações emergem e são compartilhadas, organizando a vida coletiva.

Por outro lado, a reflexão posta aqui sobre o fim da experiência comunicável, segundo Benjamin (1987), e o advento do romance realista destacou como a modernidade fragmentou a relação entre o indivíduo e mundo, instaurando um contexto de desencanto traduzido pela narrativa literária. No romance realista, especialmente, torna-se visível a tentativa de dar forma ao mal-estar moderno, expressando a inadequação e o desenraizamento característicos de uma sociedade regida pela racionalidade, pelo individualismo e pela lógica econômica. Assim, ao mesmo tempo em que representa a realidade, o romance reelabora simbolicamente a experiência social, convertendo-se em espaço de crítica e de reflexão sobre a condição humana.

Conclui-se, portanto, que a narrativa literária exerce papel fundamental na construção simbólica do mundo, pois, ao articular imaginário e realidade, projeta possibilidades de existência e reconfigura os modos de percepção da vida social. Nesse sentido, a Literatura se apresenta como uma chave interpretativa indispensável para compreender os dilemas da modernidade, reafirmando a tese central deste trabalho de que a ficção não apenas representa, mas produz realidades, instaurando sentidos que atravessam tanto o campo individual quanto o coletivo.

Além disso, é possível perceber como a Literatura revela-se como uma instância de resistência frente ao desencanto característico da modernidade. Se, de um lado, a racionalidade científica e a economia monetária impuseram um horizonte objetivo e pragmático, de outro, a obra literária preserva e recria os espaços da imaginação, permitindo que os sujeitos experimentem, através da narrativa, outras formas de existência e de sociabilidade. A função da Literatura, nesse sentido, não é apenas a de registrar o desencanto moderno, mas também a de tensioná-lo, abrindo brechas para a emergência do novo e para a possibilidade de crítica às formas instituídas de vida.

Por fim, ao recuperar a centralidade da narrativa literária como forma de simbolizar o mundo, este trabalho reafirma a sua relevância como ferramenta de interpretação da realidade social. Ao contrário de ser mero produto da subjetividade individual, a ficção se mostra como campo de mediação entre o particular e o coletivo, entre a experiência singular e as significações sociais mais amplas. É nesse movimento que reside a sua força, pois a Literatura não apenas expressa o imaginário de uma época, mas participa ativamente da criação de significados que organizam a vida social. Assim, a narrativa literária continua a desempenhar um papel insubstituível na elaboração simbólica do mundo, sendo ao mesmo tempo memória, crítica e possibilidade de futuro.

Referências:

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, p. 28-54, 1988.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa (org.). *Teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 2, p. 955-987.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. São Paulo: Ática, 1994.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LIMA, Luiz Costa. O controle do imaginário. In: LIMA, Luiz Costa. *Trilogia do controle*. Rio de Janeiro: TopBooks, 2007.

LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um breve ensaio filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades, 2007.

SIMMEL, Georg. *O dinheiro na cultura moderna*. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rnTS1ciT1cf9RApMEEITJaxZG5RuUqbu/view>. Acesso em: 29 de maio de 2025.